

BENTO MURE E A QUERELA MÉDICA NAS PÁGINAS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO DE 1847

Isadora Tavares Maleval.
Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em História - UERJ¹
E-mail: isadoramaleval@gmail.com

RESUMO

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1845 e 1847, Bento Mure acabou expulso da instituição após pronunciar um discurso na “comemoração” da morte do príncipe D. Afonso em sessão extraordinária organizada pela agremiação. O conteúdo da peça, bem como a própria trajetória do homeopata francês são analisados neste artigo, de modo a tentar compreender a rejeição sofrida por Mure pelos demais membros do IHGB. Desse modo, foi possível concluir que a reprimenda significou uma tentativa de proteger a instituição, que, ao longo dos primeiros anos de existência, desejava aparentar uma homogeneidade perfeita entre os membros em torno de um projeto comum.

Palavras-chave: IHGB – Segundo Reinado, censura, Bento Mure, homeopatia.

ABSTRACT

Member of the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* between 1845 and 1847, Bento Mure has been expelled of the institution after his pronouncement at the "celebration" of the death of the prince D. Afonso on a special session organized by the association. The content of the speech, as well as the trajectory of the french homeopath are analysed in this article, in order to understand It's rejection by the other members of the IHGB. Thus, we conclude that the censorship at the institution was an attempt to sustain It's appearance of homogeneity during the first decade of existence.

Key-words: IHGB – Second Empire, censorship, Bento Mure, homeopathy.

1. INTRODUÇÃO.

São muitos os trabalhos considerados “clássicos” que têm como foco teorizar sobre a produção de biografias. Impossível não lembrar o texto inaugural de Pierre Bourdieu (1986, p. 63-72) sobre a “ilusão biográfica”, ou o de Giovanni Levi (1989, p. 325-36) sobre temática semelhante, ambos traduzidos para o português e publicados na mesma obra, organizada por Marieta Ferreira e Janaína Amado, *Usos e abusos da História*

¹ Pesquisa de doutorado em andamento feita sob orientação da Prof. Dr^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e através de apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Oral (1996). A tônica das abordagens que levam em conta “histórias de vidas”, se por algum tempo versava sobre uma pretensa coerência na existência do narrado, atualmente centra-se no papel complexo e não linear das trajetórias dos personagens escolhidos para análise.

De todo modo, podemos dizer que, levando ou não em consideração os pressupostos acima esboçados, histórias de vidas são um sucesso dentro e fora da historiografia. Neste último campo, contudo, é esperado que esse tipo de trabalho leve em conta tanto a percepção de construção que lhe é subjacente — a ideia de escolha de um determinado personagem para estudo é o primeiro passo —, quanto certa importância conferida em maior ou menor grau à ideia de *contexto*. O pesquisador da área de história que se propõe a escrever uma biografia ou, tão somente, a utilizar análises de cunho biográfico para “complementar” seu estudo deve, portanto, estar atento a essas questões e fazer suas escolhas mediante as mesmas. Até que ponto é possível articular a vida individual ao contexto social? Existem limites às liberdades individuais? Se a resposta for sim, até que ponto o contexto é capaz de explicá-los? E, novamente considerando que haja esse limite, não existem “brechas” por onde uma pretensa individualidade “pura” possa passar?

Com estas indagações em mente, o debate torna-se cada vez mais rico. Acreditamos juntamente com Levi (1996, p. 167-182) que a racionalidade e a liberdade humanas possuem limites, impostos muitas das vezes pelos próprios contextos em questão. Por exemplo: uma pessoa que vive em um regime autoritário e cerceador da liberdade de expressão tende a ter menos capacidade de escolha individual do que outra em um contexto de abertura política. Apesar disso, essa perspectiva não explica tudo, tendo em vista que, mesmo naquele primeiro caso, há alguma possibilidade de escolha, ainda que em formato diminuto.

A proposta deste artigo não é, contudo, tratar do uso do biográfico para a historiografia, apesar de este ser um tema extremamente instigante. Isto já foi feito com maestria pelos autores citados anteriormente e por outros que se dispõem a pensar o assunto na atualidade, como Beatriz Sarlo (2007), François Dosse (2009) e, no Brasil, Benito Schmidt (1996) e Márcia de Almeida Gonçalves (2009).

O foco do presente trabalho não é, tampouco, traçar a história de uma vida, mas sim utilizar-se de um determinado “ponto” de uma trajetória individual para a compreensão de dado aspecto da produção feita no seio de uma instituição importante

no cenário político e cultural do Brasil oitocentista. Refiro-me ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, com o projeto, já evidenciado por Manoel Salgado Guimarães (1988), de construção de um determinado tipo de história do Brasil, articulada ao projeto de “nação civilizada nos Trópicos”¹.

Para além dessa questão mais geral e, inclusive, já tão bem trabalhada por esse e demais autores, o IHGB parecia relegar para si tarefas outras que não a de produção da memória ou da história para o país independente tão pouco tempo. Coadunando com projeto do governo imperial, algo que se torna cada vez mais pungente com o início do Segundo Reinado, o Instituto nunca deixava de dar atenção às questões contemporâneas. O presente rondava o grêmio em boa parte de seus trabalhos e decisões, o que pode ser verificado nas páginas do periódico publicado pela instituição desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*².

Nas atas das sessões realizadas pelos sócios estão contidas informações que ajudam na compreensão do que o IHGB planejava fazer. Da mesma forma, ficam claras as escolhas com relação àquilo que não desejavam, normalmente articuladas nas formas de vetos à produção de determinado projeto levado à associação, ou do arquivamento de documentos que, supunham, não deveriam ser expostos ao público naquele momento. Determinadas informações sobre o presente ou o passado recente³ eram incluídas nesse tipo de censura, o que mostra a importância que essas questões tinham para o IHGB⁴.

Foi partindo desta problemática⁵ que chegamos a outro tipo de consideração: a de que as censuras produzidas pelo Instituto não diziam respeito apenas à produção de uma história “do tempo presente”⁶, ou contemporânea. Outros assuntos que poderiam

¹ Ainda que, segundo Lucia Guimarães (1995), o IHGB tenha sido responsável muitas das vezes mais pela produção de uma memória a ser guardada em seus arquivos, do que propriamente à efetivação de uma forma de escrita da história.

² A partir de agora, denominada apenas por *Revista*.

³ Para Lucia Guimarães, a definição do que seria o passado recente foi feita em relação ao próprio estabelecimento do IHGB, em 1838. Para esse primeiro momento da instituição, arbitraram-se seus limites entre 1817 e 1838 (1995, p. 517).

⁴ Levamos em conta que a preocupação do Instituto com as questões contemporâneas pode ser verificada inclusive pelas ausências destas nas suas produções. Os silêncios sobre determinados assuntos ainda não terminados, ao contrário do que se poderia supor, indicam a importância que essas questões tinham para a associação.

⁵ Este é inclusive o foco de nosso projeto de doutorado em andamento, denominado “Entre a ‘arca do sigilo’ e o ‘tribunal da posteridade’: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. Nas “Referências” encontram-se artigos já publicados sobre o desenvolvimento dessa temática.

⁶ Vale lembrar que as discussões sobre a história do tempo recente são muito próximas. Remontam ao surgimento do *Instituto de História do Tempo Presente* na França em 1978. A própria denominação de

trazer à tona certo mal estar aos sócios ou mesmo aos leitores da *Revista* também eram confiscados e “levados” ao “sigilo”.

Vale notar ainda que o periódico formado pelos membros mais proeminentes da instituição, que escolhiam seu conteúdo, acabava sendo um depósito das decisões feitas pelos mesmos. E, apesar de em grande parte das vezes querer silenciar a respeito dos debates entre seus associados, para dar a ideia de que existiria uma homogeneidade em torno de um projeto comum¹, a publicação deixa transparecer alguns antagonismos entre os sócios e suas concepções não apenas de história, mas também de visão de mundo.

O exemplo que tomamos para análise traz à tona essas discrepâncias dentro da instituição, e a forma como os sócios o trataram demonstra um tipo de procedimento um tanto quanto autoritário por parte dos mesmos, sempre que assuntos que tinham alguma complicação maior (para os próprios associados) eram postos em pauta.

2. A “COMEMORAÇÃO” DA TRAGÉDIA.

No ano de 1847, um golpe terrível abateu o Império do Brasil: o primogênito do imperador e, portanto, sucessor ao trono brasileiro, D. Afonso, precocemente deixava este mundo. Como era de se supor, a notícia estarrecia tanto a família real, quanto aqueles que se preocupavam com o futuro do Brasil enquanto Império. O IHGB não poderia deixar de estar atento a esse contexto, como pudemos verificar.

A primeira iniciativa tomada foi propor uma solenidade “[...] para **comemorar** a saudade que nos deixa tão inesperado e doloroso sucesso [...]” (*RIHGB*, 1847, p. 289; grifos meus). Para tanto, seria feita uma reunião na sala das sessões do Instituto em que, além do discurso do orador, seriam lidas “peças” de outros sócios que quisessem dar sua contribuição àquela manifestação de solidariedade ao imperador e ao Império. A proposta indicava ainda a publicação em quinhentos exemplares das peças recitadas em “[...] um volume de formato grande, dedicado pelo Instituto aos Augustos Pais do Príncipe falecido” (*RIHGB*, 1847, p. 290).

“história do tempo presente” está associada a essa instituição. No século XIX, a expressão cunhada para designar o tempo próximo era “história contemporânea” (ARAÚJO, 2008).

¹ De acordo com Fabiana Dias, o IHGB procurava sempre demonstrar nas páginas de sua *Revista* um consenso e uma unidade que dificilmente existia fora delas. As discussões sobre quais deveriam ser os pressupostos a serem seguidos no Instituto eram constantes, e demonstravam opiniões conflitantes que não apareciam na publicação: “Tais intervenções se efetivavam, portanto, apenas no âmbito da oralidade, mesmo porque não seria conveniente difundir a heterogeneidade que havia por detrás daquela aparente harmonia” (DIAS, 2009, p. 22).

Aos que desejassem participar da solenidade apresentando seus trabalhos, bastava demonstrar tal desejo e escrever a peça que seria lida no dia do festejo fúnebre. Já para a publicação, os autores deveriam mandar os textos para serem submetidos à aprovação antes de impressos — o que só seria feito após a sessão extraordinária (*RIHGB*, 1847, p. 292).

Esta, ocorrida no dia 1º de julho daquele mesmo ano, foi feita de acordo com os pressupostos anteriormente estabelecidos, e os discursos lidos pelos sócios Santiago Nunes Ribeiro, Emilio Joaquim da Silva Maia, Francisco Manoel Raposo de Almeida, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Rodrigo de S. José, Bento Mure e Francisco de Paula Menezes. Como também já tinha sido acordado, seriam feitas as alocações pelo presidente do Instituto, àquela época Candido José de Araújo Vianna, e pelo orador, Manoel de Araujo Porto-Alegre.

De uma forma geral, os discursos lidos na ocasião manifestavam a dor pela perda do príncipe, além da solidariedade para com a casa imperial¹. Os sócios faziam questão de demonstrar o quanto a perda fora sentida pela instituição. Apontavam, ainda, para uma tentativa de justificar tal acontecimento em certa medida inexplicável: ocorrera por conta da tão temida “Providência” divina – “A Providência! A Providência, que nos quis mostrar na humanação de um anjo o terrível exemplo de sua onipotência!” (*RIHGB*, 1848, p. 12).

A tal Providência parecia querer, ainda, demonstrar a má direção que alguns pareciam tomar no Brasil, rebelando-se contra a unidade política e, conseqüentemente, contra o poder imperial, como pretendia demonstrar Manoel de Araujo Porto-Alegre:

Ela quis que numa época vertiginosa, que no seio de um povo ingrato a tantos benefícios do Céu, se operasse este grande sacrifício, para que os Brasileiros melhor soubessem apreciar sua ventura na América; para que eles olhassem o Trono como o paládio de sua grandeza e de sua única felicidade; para que eles no meio do sobressalto de um golpe extraordinário, encarando o passado, calculando o futuro, se abraçassem, se unissem, e recuassem diante do abismo medonho, que mais de vez tem cavado a cegueira de mesquinhas paixões (*RIHGB*, 1848, p. 12).

Os demais discursos pareciam seguir o mesmo caminho na justificativa para tão dolorido acontecimento. A morte do príncipe era vista como uma espécie de “sacrifício”, necessário também em outras épocas da história, como ocorrera com Joanna D’Arc na França. A esse respeito, Luiz Antonio de Castro foi categórico: “Um sacrifício precioso

¹ O acesso a esses discursos foi possível graças à publicação dos mesmos em um tomo suplementar da *Revista* de 1848, como consta nas “Referências”.

por um resgate, ou bem uma provação em troca da iniciação dos homens em um maior grau de perfeição, são coincidências que a cada passo nos patenteia tanto a história antiga como a moderna” (*RIHGB*, 1848, p. 64).

Vida e morte de D. Afonso, assim, apareciam como parte das circunstâncias promovidas pela Providência, a essa que parece se colocar como uma determinada visão de história empreendida pelos agremiados. No mesmo discurso de Luiz Antonio de Castro, não existe a possibilidade de “coincidências”. Não: de acordo com o sócio, não foi por mero acaso que “[...] desde o reinado do Senhor Dom João IV sobre a augustíssima Casa de Bragança [...]” os “[...] primogênitos têm sido feridos de morte prematura [...]” (*RIHGB*, 1848, p. 65). Declarava que esse tipo de sacrifício foi necessário para que a monarquia portuguesa pusesse fim ao julgo espanhol, em dado momento de sua história. Da mesma forma, a morte do príncipe brasileiro seria uma forma de sacrifício que expurgaria o grande mal do Brasil: o “esquecimento da pátria”, no dizer de Araujo Porto-Alegre (*RIHGB*, 1848, p. 12).

Verificamos, assim, que os discursos feitos na solenidade em homenagem ao príncipe falecido pareciam estar em concordância e apresentavam pontos bem próximos no que diz respeito ao entendimento de seus autores sobre o que foi o terrível acontecimento. Claro está que, ao lado desse tipo de retórica, os sócios apresentavam suas condolências ao imperador pondo em destaque sua benevolência sempre que necessário — procedimento adotado não somente no evento em questão, mas nas mais diversas ocasiões¹.

Com uma voz uníssona, os membros do Instituto pareciam estar na mais perfeita harmonia, caracterizada por uma verdadeira homogeneidade de pensamento. Um tipo de união que deveria ser imitado pelo próprio Império brasileiro. Mas até que ponto essa cumplicidade total de ideais dentro do IHGB era real?

3. UM ESTRANHO NO NINHO.

Na sessão do dia 3 de julho de 1847, portanto dois dias após a solenidade, veio à tona a questão da publicação. Presentes na ocasião para votar os discursos selecionados para o empreendimento estavam, além do presidente, do 1º vice-presidente, dos 1º e 2º secretários e do orador da instituição, os sócios Joaquim Norberto de Sousa Silva,

¹ Vale notar que havia pouco tempo — desde 1841 — que D. Pedro II disponibilizara um espaço no próprio paço imperial para o IHGB se firmar.

Francisco Manoel Raposo de Almeida, Luis Antonio de Castro, Antonio Álvares Pereira Coruja, o coronel José Joaquim Machado de Oliveira e os “Drs.” Emilio José da Silva Maia, Francisco Freire Allemão, Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, Antonio Rodrigues Cunha, Antonio Pereira Pinto, José Mauricio Nunes Garcia, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco de Paula Menezes¹.

A reunião levantava-se com a proposta de que a votação acerca da impressão dos discursos proferidos no dia 1º fosse feita por escrutínio secreto, como queria Araujo Porto-Alegre. Contra essa ideia, Raposo de Almeida pedia que não houvesse segredo, para que os sócios declarassem “[...] aberta e francamente, se houve algum trabalho impróprio de ato tão solene como foi a reunião de 1º de Julho” (*RIHGB*, 1847, p. 411). Em seguida, referia-se ao trabalho do Dr. Mure, que, segundo ele, não deveria ser de forma alguma publicado, “[...] não só por conter muitas ideias extemporâneas e ofensivas na sua parte prosaica, mas ainda por se achar já impressa a parte poética, o que vai de encontro ao programa publicado pelo Instituto” (*RIHGB*, 1847, p. 411).

De acordo com a ata da sessão publicada na *Revista*, a discussão teve início e, dentre os sócios nela envolvidos, ao que parece, apenas o Dr. Freire Allemão opunha-se ao parecer de Raposo de Almeida, ao indicar que o merecimento ou não dos trabalhos apresentados não dizia respeito ao talento literário de seus artífices.

Seguiu-se a opinião de Gonçalves de Magalhães, favorável ao que foi exposto por Allemão, mas, além disso, indicando que “[...] pelo que acaba de ouvir, todos os Srs. membros presentes são de voto de que os discursos devem ser impressos, menos o do Sr. Dr. Mure; e que esta opinião igualmente é a sua” (*RIHGB*, 1847, p. 411).

Ao final da ata, comenta-se que este último parecer de Magalhães foi aprovado unanimemente pelos membros do Instituto presentes na sessão (*RIHGB*, 1847, p. 411). Era necessário, então, fazer pública a decisão, começando pelo aviso ao próprio autor que não teria seu trabalho publicado. Assim, a partir da sessão seguinte, do dia 10 de julho, ocorre a publicação, na *Revista*, da correspondência entre o “tal” Dr. Mure e o 1º secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lagos.

¹ Ainda que breve, empreendemos uma tentativa de verificar quais eram os médicos presentes nesta sessão, por motivos que ficarão claros posteriormente. Identificamos como médicos de formação (mesmo que não atuantes) os sócios Emilio José da Silva Maia, Francisco Freire Allemão, Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco de Paula Menezes. Com relação aos demais membros (inclusive os caracterizados como “Drs.” pela *Revista*), não obtivemos maiores informações a esse respeito — apenas que no *Dicionário do Brasil Imperial*, José Mauricio Nunes Garcia é citado como músico e compositor, não como médico (2002, p. 440-441). Mais adiante comentaremos a respeito da ligação daqueles médicos com a Academia Imperial de Medicina.

A primeira carta, datada do dia 4 de julho, de autoria do 1º secretário, explicava ao Dr. Mure que seu discurso não poderia ser publicado na produção que estava no prelo (*RIHGB*, 1847, p. 415). No dia seguinte, o médico respondia questionando a decisão, tendo em vista que o Instituto teria comunicado que todas as peças seriam impressas e, ao mesmo tempo, que as mesmas ficariam de sua propriedade (do Instituto). Argumentava, ainda, que caso o veredicto fosse mesmo irremediável, a posse do discurso deveria ser-lhe restituída (*RIHGB*, 1847, p. 416).

A resposta do secretário veio em seguida. Indicava que o manuscrito oficial do discurso continuaria depositado no arquivo do Instituto, alertando para que a restituição que Mure desejava não seria possível. Além disso, lembrava que o IHGB havia decidido já há algum tempo que os discursos passariam por uma aprovação prévia, antes de impressos, ao contrário do que Mure mencionara em sua carta (*RIHGB*, 1847, p. 416).

A contra-resposta de Mure foi clara: apenas havia relegado seu direito de autoria do manuscrito por acreditar que o mesmo seria publicado e, já que “uma das partes” havia descumprido seu papel, a outra — no caso, ele mesmo — não via o porquê de seguir os ditames da instituição. Assim sendo, declarava Bento Mure que:

[...] à vista do injustificável ato de confiscação que quer me fazer sofrer o Instituto, declaro que me julgo novamente dono e legítimo proprietário do meu trabalho, apesar do Instituto não me o querer restituir: protesto contra semelhante arbitrariedade, e novamente reclamo o meu manuscrito, que, conforme os programas publicados, não podia ter sido submetido a uma, talvez, **parcial censura** (*RIHGB*, 1847, p. 417; grifos meus).

Afinal, por que haveria o Instituto de submeter o trabalho de Mure a uma “censura parcial”, ou seja, isenta dos critérios de objetividade, contrários às “paixões” mundanas? Haveria motivo para tal empreendimento ser subjetivo aos envolvidos?

Seguindo ainda a ata da sessão do dia 10 de julho, o secretário resolvia abrir para votação a questão levantada pelo Dr. Mure — não aquela que dizia respeito à “falta de imparcialidade” do julgamento de seu trabalho, mas sim com relação a entregar ou não de volta a propriedade do documento ao seu autor. Após votação, decidiram que o discurso fosse devolvido ao requerente, “[...] ficando arquivada no Instituto uma pública forma do mesmo; e que o Sr. Dr. Mure seja excluído do número dos membros do Instituto, exigindo-se o respectivo diploma na ocasião de lhe fazer a devida participação” (*RIHGB*, 1847, p. 417). Em outras palavras, o Dr. Mure não fazia mais parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro!

A querela, contudo, não parou por aí: em carta datada do dia 16 de julho, publicada junto com a ata da sessão do dia 22, Mure comentava a decisão da instituição, indicando que era de seu desejo “[...] publicar este discurso e a nossa correspondência, visto o que ela tem tido de extraordinário, e ser ele [o discurso] a causa” (*RIHGB*, 1847, p. 423). Admitia a vontade de conhecer quais foram os sócios que chegaram àquela conclusão — de excluir a “peça” do livro a ser publicado —, apesar de ter-lhe sido passado que a votação havia sido unânime em aceitar o veto, por ter conhecimento de que “[...] um Sr. sócio tomara a minha defesa [...]” (*RIHGB*, 1847, p. 423). Queria saber, assim, quais foram seus algozes nessa querela, tendo em vista que supunha estar ocorrendo uma nada imparcial decisão, como já alertara na carta anterior. Acreditava, por fim, que tal deliberação foi ditada por “[...] uma **maioria de médicos**, um voto desfavorável e aliás não muito imparcial, na existência da **luta de princípios e opiniões que em medicina se ventila atualmente**” (*RIHGB*, 1847, p. 423; grifos meus).

Sobre este tópico comentaremos mais adiante. Para finalizar a querela nas páginas da *Revista*, importa comentar que Mure não aceitou devolver o diploma de sócio correspondente do Instituto, “[...] pelo muito respeito que consagro a quem me o dirigiu e assinou, assim como a todo o Instituto, que me adotou sem nenhuma solicitação por minha parte” (*RIHGB*, 1847, p. 423).

Desnecessário mencionar que tal posição acabou sendo muito mal vista pelos membros do Instituto Histórico. E todo o impasse teve fim com uma nota na mesma ata: após ávida discussão entre os sócios, ficava decidido que

[...] por todas as folhas diárias se faça constar oficialmente ao público que o Sr. Dr. Mure fora riscado da lista dos membros do Instituto; e outros são de parecer que a sociedade se conserve por ora na expectativa do procedimento futuro do mesmo Sr. Dr. Mure, a fim de deliberar quando por ventura ele faça uso de qualquer modo de um diploma, que já lhe não compete. Prevalece afinal a última opinião, ordenando igualmente o Instituto que na *Revista Trimensal*, nas respectivas atas, seja transcrita toda a correspondência movida a tal respeito (*RIHGB*, 1847, p. 423-424).

4. ENTRE O SOCIALISMO E A HOMEOPATIA .

A partir da leitura das atas das três sessões ocorridas no mesmo mês do evento solene em homenagem à família real que perdera o sucessor ao trono, fica evidente a discordância da maioria dos agremiados do IHGB, senão de todos, com relação ao conteúdo do discurso proferido pelo Dr. Mure. Assim sendo, uma questão logo nos foi imposta: saber o que disse o tal médico naquela ocasião. Tamanha revelia que sofreu por

seus pares deveria ter uma razão de ser. Mas, antes de saber o que foi dito, fazia-se necessário entender quem o disse. Até porque tudo levava a crer — a partir dos relatos na *Revista* — que a oposição entre Mure e o Instituto tinha a ver com questões pessoais, talvez ligadas à medicina, como o próprio “condenado” supôs.

O ocorrido, portanto, poderia ser explicado por dois critérios: o veto do discurso à publicação e a consequente expulsão sofrida por Mure do IHGB teve a ver com a própria peça que elaborou para a celebração, algo que estava nesse texto e que não poderia enquadrar-se numa publicação levada a cabo pela instituição. Ou, ainda, a ideia de que a própria pessoa do Dr. Mure, até então de pouca notoriedade no Instituto — sequer citado na *Revista* como produtor de trabalhos, por exemplo — apresentava em sua trajetória marcas que o tornaria *persona non grata* no IHGB naquele momento. Vamos começar pelo fim e entender quem era esse “tal” Dr. Mure.

Benoit Jules Mure (21/11/1809 – 04/03/1858), conhecido no Brasil como Dr. Bento Mure, era francês de nascimento. Atuou como empresário e comerciante, atividades legadas por seu pai, antes de tornar-se médico. Frequentou a Faculdade de Medicina de Montpellier e fez também algumas aulas em Paris, onde teria conhecido o médico alemão Samuel Christian Friedrich Hahnemann, autor do livro *Organon da arte de curar*, que deu origem ao princípio da homeopatia¹. Sua relação com esta prática médica, contudo, parece ter sido ainda mais intensa: durante algum tempo sofreu de tuberculose e o tratamento “tradicional” pouco ajudou na cura. Foi tratado em 1833 pelo Conde Dr. Sébastien des Guidis, discípulo de Hahnemann, que o livrou, finalmente, da doença. Essas experiências parecem ter tido suma importância na vida de Mure, que se tornaria um grande incentivador e divulgador da homeopatia, sobretudo fora da França (AZEVEDO, 2008).

Viveu em seu país natal até 1837, quando resolveu sair pela Europa Meridional para tornar conhecida a prática da homeopatia. Em 1840 aportou no Rio de Janeiro com a intenção de fundar no Brasil uma colônia societária francesa que representasse o interesse da *Union Industrielle de Paris*, fundada por ele mesmo ainda na Europa. Mais

¹ Hahnemann, nesse livro, constituiu um método terapêutico baseado na “lei dos similares”, a partir do qual se entendia que os medicamentos deveriam produzir em uma pessoa saudável os mesmos sintomas apresentados pelo indivíduo doente. Assim, administrados em doses infinitesimais, esse tipo de remédio teria uma função curativa, ainda que a terapêutica homeopática primeiramente piorasse os sintomas no doente, para obter a cura em um momento posterior (AZEVEDO, 2008, p. 22).

do que uma comunidade “industrial”¹, ao que parece, Bento Mure intencionava criar um falanstério, nos moldes preconizados por Charles Fourier: uma sociedade pautada na propriedade comunitária, na qual todos exerceriam atividades compatíveis com suas vocações, aliando trabalho e lazer, e onde os bens produzidos na colônia seriam distribuídos proporcionalmente às necessidades de cada família. As autoridades imperiais aprovaram o projeto de Mure, através do decreto datado de 11 de dezembro de 1841, e concederam terras e empréstimos financeiros ao médico francês. Mure criou, então, a *Colônia Societária do Sahy*, na província de Santa Catarina, que recebeu em 30 de dezembro do mesmo ano colonos franceses com o intuito principal de fabricar máquinas a vapor (AZEVEDO, 2008, p. 19-20).

Por motivos escusos, o empreendimento não rendeu o que se esperava dele. De acordo com José E. R. Galhardo, o fracasso da colônia pode ter a ver com a propaganda homeopática feita pelo Dr. Mure ainda na Europa (Apud AZEVEDO, 2008, p. 19-20) Mas, como já dissemos, sua “peregrinação” para divulgar a homeopatia não parou no Velho Continente. Fundou na colônia do *Sahy*, em 15 de novembro de 1842, o primeiro Instituto Homeopático do país, como parte da Escola Suplementar de Medicina Homeopática. A partir da criação dessas instituições, Mure queria colaborar com uma transformação da “antiga medicina”, numa clara oposição ao ensino das instituições tradicionais, como as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Escrevia, com esse intuito, ao *Jornal do Commercio*:

[...] procede para o médico de agora a necessidade de entregar-se a novos e sérios estudos, se quiser ficar ao nível dos conhecimentos da sua época e preencher conscienciosamente a alta missão de que foi incumbido, a de tratar da saúde de seus semelhantes. [...] parece-nos conveniente metermos o Brasil ao nível das nações que o precederam na carreira, e estabelecermos uma escola suplementar de medicina, onde os jovens médicos possam adquirir os conhecimentos que o antigo ensino das faculdades não lhes pode ministrar. A escola suplementar terá também por fim generalizar e popularizar a homeopatia, defender a pureza da doutrina de Hahnemann, fornecer às

¹ Importante entender aqui qual o significado desse conceito para homens como Bento Mure. Desde pelo menos o século XVIII, “indústria” significava “destreza em alguma arte”. “Com indústria”, por exemplo, significaria “com engenho” (BLUTEAU, 1712-1728). No século XIX, de acordo com o dicionário de Antonio Moraes e Silva (1813), teria em sua rede de significados algo como: arte, destreza para granjear a vida; engenho em lavrar e fazer obras mecânicas, etc. Para Calmon (1978), a “indústria” no século XIX abrangeria 3 ramos: o agrícola, o manufatureiro e o comercial — sendo o contexto brasileiro do oitocentos notadamente marcado pelo primeiro. Lucia Guimarães, através da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1827, percebe como os fundadores e membros se apoiaram em um conceito amplo de “indústria”, percebido como “[...] conjunto de operações que concorrem para a produção de riquezas [...]” (2002, p. 679-680), sobretudo no que diz respeito à agricultura, que era, àquele tempo, a base econômica do Brasil. “Indústria”, portanto, naquele momento, teria a ver com a capacidade humana de transformar o que é naturalmente dado, não tendo, assim, o sentido moderno de produção extensiva de mercadorias pela máquina.

farmácias secundárias medicamentos preparados convenientemente e facilitar por todos os meios a transformação da antiga medicina (Apud AZEVEDO, 2008, p. 22).

Naquele mesmo ano de 1843, Mure deixava a colônia, partindo para o Rio de Janeiro, onde centraria esforços ainda maiores no sentido de divulgar a homeopatia e de argumentar a favor do exercício legal da mesma. Chegou a escrever e defender uma tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, habilitando-se, dessa forma, para o exercício da medicina no Brasil. Isso porque, segundo a Lei de 3 de outubro de 1832, que regulamentava as atividades das faculdades de medicina do Brasil, a “arte de curar” só poderia ser exercida por médicos ou cirurgiões com diplomas emitidos pelas faculdades de medicina oficializadas (AZEVEDO, 2008, p. 24).

Seguindo seu afã para expandir o saber homeopático, criou no dia 10 de dezembro de 1843, no Rio de Janeiro, o Instituto Homeopático do Brasil, juntamente com o Dr. Vicente José Lisboa, com clara preocupação de cunho social. Nesse ato de fundação, instituíu que:

Nós, e quem por convite nosso se nos unir, constituir-nos-emos em sociedade denominada Instituto Homeopático do Brasil, a fim de propagar a homeopatia **em proveito das classes pobres**. Os meios são o ensino, as publicações, as experiências e a prática dessa ciência, a preparação dos medicamentos e as experiências no homem são (Apud AZEVEDO, 2008, p. 25; grifos meus).

Assim, mesmo distante do sonho do falanstério, deixado em Santa Catarina, Mure permaneceu preocupado com a questão social, através do desenvolvimento da homeopatia. De acordo com Ivone Gallo, é possível compreender a relação existente entre a prática da medicina homeopática no Brasil e as teorias de cunho socialista da primeira metade do século XIX.

Ao analisar *O Socialista do Rio de Janeiro*, um periódico que começou a ser publicado na década de 1840, com forte inspiração fourierista e sansimoniana, a autora comenta sobre a importância desse jornal para a propaganda da homeopatia, principalmente no início de 1845¹. Os colaboradores da publicação eram, em sua

¹ Interessante compreender o que representava o conceito de “socialista” para o periódico. Como indicava o proprietário Manuel Gaspar de Siqueira Rego no seu primeiro número: “O vocábulo — Socialista — sob cuja denominação sai hoje à luz a nossa folha, define exuberantemente o objeto principal com que ela é publicada: a conservação e melhoramento do pouco de bom que existe entre nós; a extirpação de abusos e vícios provenientes da ignorância, falsa educação e imitação sem critério: a introdução de novidades no progresso universal: enfim, todo o aperfeiçoamento de que for suscetível a sociedade, provincial, nacional e universal, quer na parte moral, quer na material, em que naturalmente está dividida a vivenda humana no mundo terreno. Assim, pois o socialista tratará de agronomia prática, economia social, didática

maioria, “[...] médicos homeopatas, fourieristas, sansimonianos e intelectuais progressistas imbuídos de um ideal socialista que atribuía ao termo um sentido científico [...]”, estando aí incluído o próprio Dr. Mure (GALLO, 2008, p. 5) A ciência era entendida por eles em consonância com ideais de cunho social e mesmo religiosos. Assim, o “socialismo” dessa “nova” medicina estava na recusa ao pauperismo e na crença em “[...] uma ciência aplicada, aliada a uma filosofia do amor e da compreensão universal, ou num verdadeiro cristianismo, capaz de extinguir a miséria e proporcionar a paz universal, a harmonia e a abundância” (GALLO, 2008, p. 5).

Sobretudo os fourieristas não se preocupavam com a forma de governo, se Monarquia ou República, para levar a cabo o projeto societário. Uma vez implantado um falanstério, os resultados falariam por si mesmos, e todos se renderiam aos propósitos de associação do trabalho, do capital e do talento¹. Desse modo, esse tipo de “socialismo” do início do oitocentos pregava uma forma de transformação que dependeria de uma revolução social pacífica, calcada na razão e na ideia de regeneração moral da humanidade, acima de tudo. Daí explica-se o forte predomínio do sentido religioso nesse tipo de teoria: religião entendida não como parte de uma determinada instituição religiosa, como a Igreja Católica, mas sim como um sentido de caridade, algo que pode ser bem compreendido pela prática dos homeopatas através do Instituto Homeopático do Brasil (GALLO, 2008, p. 7-8). O associacionismo pregado por homens como o Dr. Bento Mure estaria imbuído dessa leitura do cristianismo.

Para Charles Fourier, e para a escola fourierista mais tradicional, esse tipo de entrosamento entre religião, ciência e socialismo não era algo tão simples assim. Mas parecia o ser para Mure e para um colega seu, João Vicente Martins. O Instituto Homeopático do Brasil poderia ser visto como uma verdadeira irmandade, onde seus membros sentiam-se como “[...] apóstolos desta igreja nascente que unia os médicos homeopatas em ações de total solidariedade e desprendimento” (GALLO, 2008, p. 7)².

jacotista, política preventiva e medicina doméstica, e sobretudo do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer, que seu fim é ensinar aos homens *a se amarem uns aos outros*” (Apud GALLO, 2008, p. 4).

¹ Para Gallo, isso explicaria o motivo desses socialistas não se insurgirem contra os sistemas em vigor. Fourier acreditava também que a emancipação do proletariado do “cativeiro industrial” deveria se operar como uma revolução social pacífica, por meio da razão (GALLO, 2008, p. 6).

² João Vicente Martins, na abertura da escola homeopática, experimentou um veneno fortíssimo para analisar seus efeitos (o que Hahnemann chamou de “experiência pura”), ao que foi imitado pelos alunos que também encaravam a medicina como um sacerdócio (GALLO, 2008, p. 7).

Essa solidariedade apresentava-se além dos muros da instituição, tendo em vista que os médicos cuidavam gratuitamente dos pobres em consultas e medicamentos que fabricavam na Botica Homeopática, como apontou o próprio Mure quando da inauguração do Instituto Homeopático do Brasil.

Dois anos após a criação desta agremiação, e em seu prédio, Mure instalava a Escola Homeopática do Brasil. Em 1847, propôs também a fundação do Instituto Panecástico do Brasil, inspirado na filosofia de Jean-Joseph Jacotot (1770-1840), segundo a qual os alunos poderiam ser autodidatas e ensinar aos outros alunos conteúdos desconhecidos, utilizando leituras orientadas e discussões coletivas (AZEVEDO, 2008, p. 27).

A trajetória de Mure no país, contudo, nunca deixou de prescindir de debates e de tensões. Pensando no caso do contexto brasileiro à época, vale lembrar que aquele era o momento de afirmação da medicina como parte do campo científico, com a criação, por exemplo, da Academia Imperial de Medicina¹, cujo sistema empregado era o “tradicional”, o alopático. Não por acaso, portanto, foram alvos — o homem e sua medicina — de ataques por grande número de médicos de prestígio no cenário carioca. A imprensa foi muito utilizada com esse intuito, assim como, acreditamos, o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no caso já mencionado.

A homeopatia no Brasil sofria, principalmente, com a oposição da Academia Imperial de Medicina, e era por ela tida como ineficiente. Os debates entre alopatas e homeopatas foram frequentes na década de 1840, e o *Jornal do Commercio* foi o maior veículo de propaganda dos últimos (AZEVEDO, 2008, p. 28). Vale lembrar ainda que a homeopatia era por muitos vista como charlatanismo. De acordo com Luana Oliveira de Azevedo,

Nos anos 1840, a homeopatia recebe o epíteto de charlatã para o movimento da medicina social brasileira. A justificativa para tão forte oposição era de que a homeopatia apresentava-se como capaz de substituir a medicina preconizada pelos membros da Academia Imperial de Medicina. No campo Institucional, ela reivindicava autorização legal para o funcionamento de seus cursos e para a prática profissional de seus adeptos, o que acabaria gerando uma divisão de poderes, caso os homeopatas fossem legitimados como autoridades médicas no Império (2008, p. 34).

¹ A Academia Imperial de Medicina, criada em 1835 (mas que já existia desde 1829 com o nome de Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro), tinha por objetivos: assessorar o governo, distinguir a legitimidade das outras “artes de curar”, entre outros. Era, ao fim e ao cabo, a grande autoridade em matéria de ciência médica no Império do Brasil (AZEVEDO, 2008, p. 32-33).

Nos anos de 1843 e de 1844 houve uma acirrada discussão nas páginas do *Jornal do Commercio* entre Mure e o Dr. J. R. de Mattos. Em 1844, a polêmica no periódico gravitava em torno de, do lado homeopata, Dr. Mure e Dr. João Vicente Martins, e do alopata, Dr. Antonio Candido Nascente de Azambuja e Dr. Antônio da Costa. Nos dois anos seguintes, os debates foram ainda mais violentos, pois a homeopatia parecia ganhar terreno na Corte, inclusive por causa da imprensa: os próprios pacientes curados pela “nova medicina” iam aos jornais publicar suas experiências. Além disso, entre os anos de 1844 e 1845, Mure montou e manteve consultórios de homeopatia em Niterói, São Gonçalo e Magé (IHGB, 1998, p. 122).

Com o crescimento da popularidade da homeopatia, cresciam também as críticas feitas pelo “outro” tipo de medicina aos seus métodos. Os alopatas partiram, então, para a ideia de que a Escola de Medicina Homeopática era ilegal, pois formava médicos cujo diploma não era validado pela Academia de Medicina. Toda essa discussão, contudo, pareceu servir para aumentar ainda mais a credibilidade da homeopatia, tendo em vista que, no dia 6 de abril de 1846, o governo reconheceu a legalidade da Escola de Medicina Homeopática. Esse reconhecimento provocou a ira dos membros da Academia de Medicina, que chegaram a acusar os médicos homeopatas de envenenarem os pacientes (AZEVEDO, 2008, p. 46).

Em meio a toda essa polêmica, Mure tornava-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 31 de agosto de 1845, onde permaneceu, como já vimos, até ser expulso da sociedade, em julho de 1847 (IHGB, 1998, p. 122).

No mesmo ano em que saiu do IHGB, Mure foi protagonista de mais uma polêmica na área médica, desta vez dentro do próprio grupo de homeopatas da cidade do Rio de Janeiro. Foi esse o tempo de uma dissidência entre aqueles que admitiam certos princípios e práticas da alopata e que, por isso, julgavam necessários os diplomas de médico ou de farmacêutico conferidos pelas instituições de ensino oficiais alopatas, para o exercício da medicina (e farmácia) homeopática. Estes, denominados “evolucionistas”, opunham-se aos “puristas”, que, seguindo Bento Mure, defendiam a liberdade da profissão, com a ideia de que a homeopatia poderia ser exercida por quem desejasse, após receber noções básicas na Escola Homeopática do Brasil, ou pela leitura de livros no caso daqueles que não residiam na capital do Império (*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*).

Assim, em outubro de 1847, Domingos de Azevedo Coutinho Duque-Estrada, maior expoente da corrente "evolucionista", juntou-se a Antonio Ildefonso Gomes, Vicente José Lisboa, Thomaz Cochrane e Maximiano Marques de Carvalho, entre outros, rompendo com o Instituto Homeopático do Brasil e sua Escola, e fundando a Academia Médico-Homeopática do Brasil. A imprensa foi também a forma mais utilizada para efetivar a polêmica entre as duas instituições homeopáticas antagônicas e seus membros (*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*).

Dr. Mure, conhecido como um dos mais importantes introdutores da homeopatia no Brasil, permaneceu à frente de todos esses embates até praticamente o seu retorno para a França, em 1848. E, mesmo fora do Brasil, continuaria por algum tempo a empreender a divulgação da homeopatia pelo mundo. Faleceu, inclusive, enquanto fundava a convite a Escola Homeopática do Cairo, no Egito, dez anos após sair do Brasil.

Sua grande obra de vida parece ter sido, portanto, o projeto de expansão do conhecimento sobre a homeopatia e de adesão de cada vez maior número de adeptos a esta medicina. Associava a essa "nova" ciência médica propostas de cunho social bem evidentes, de regeneração física e moral da humanidade, o que explica sua forte adesão ao socialismo típico das primeiras décadas do século XIX¹ (GALLO, 2008, p. 8).

Obra, portanto, que não condizia com o que acreditava grande parte dos membros do IHGB, muitos deles médicos inseridos na ambiência da Academia Imperial de Medicina, como Emílio José da Silva Maia, Francisco de Paula Menezes e Francisco Freire Allemão (*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*)². A própria figura do Dr. Mure, por conseguinte, já era quase uma "ofensa" a boa parte dos sócios da agremiação localizada no Rio de Janeiro. Resta saber se, além de sua própria trajetória, também o seu discurso oferecia motivos para causar a irritação dos membros do Instituto.

5. "LA MORT DE S. A. I. DON ALPHONSE", ODE PAR LE DOCTEUR BENTO MURE".

¹ Segundo Ivone Gallo, essa percepção de "socialismo" representaria um exercício de vida, mais do que apenas uma teoria. Havia uma militância principalmente na prática e, através dela, a religião tornava-se uma ciência e a ciência era dotada de um conteúdo espiritualista "[...] de tal forma a dissipar neste campo também, a contradição entre fé e conhecimento, pois o objetivo do socialismo é promover a conciliação universal, a união de contrários" (GALLO, 2008, p. 8).

² Lembrando que os dois primeiros estavam tanto na sessão que votou pela censura da publicação do discurso de Mure, quanto apresentaram seus trabalhos na sessão extraordinária para homenagear o príncipe morto. Allemão foi inclusive presidente da Academia Imperial de Medicina em 1832, 1838 e 1839 (*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*).

Sem aceitar devolver o diploma de sócio ao IHGB, Mure, contudo, arcou com a outra parte do pedido feito pelos membros que preferiram vê-lo distante da associação: entregou a “pública forma” do discurso lido no dia 1º de julho. Com isso, conforme fora acordado, poderia ter de volta a autoria do documento ao mesmo tempo em que relegava uma cópia aos arquivos da “Casa da Memória Nacional”, onde se encontra até os dias de hoje.

Não sabemos se o documento foi publicado juntamente com a troca de correspondências, como era do desejo de Mure. O fato é que, graças ao grande afã colecionador do Instituto Histórico, sobretudo naquela sua primeira década de existência¹, foi possível ter acesso ao discurso pronunciado pelo homeopata quando da “comemoração” da morte de D. Afonso.

O documento, escrito em francês, constitui-se de duas partes: primeiro, há o discurso proferido pelo então sócio da instituição, no qual comenta a respeito da morte do príncipe a partir de uma perspectiva bem original, como será visto. Na segunda parte, registra-se a “Ode”, que já havia sido publicada, conforme o próprio autor apontou quando da sessão extraordinária, mas que considerou pertinente reiterá-la naquela ocasião, posto que não seria apenas “[...] uma ficção poética [...]”, e sim uma forma de “[...] pensamento profundo e real [...]”, visando compreender o “[...] sentido verdadeiro [...]” do triste acontecimento² (MURE, 1847, f. 4; tradução livre).

Logo no início do discurso, Mure indicava que aquele trágico acontecimento poderia colaborar com o desenvolvimento “[...] de fecundos ensinamentos e de misteriosas esperanças [...]”³ (MURE, 1847, f. 1; tradução livre). A Providência era intimada para explicar a tragédia, posto que capaz de demonstrar certo tipo de “lição

¹ De acordo com Lucia Guimarães, a instituição, naquele primeiro momento, estava mais preocupada em coletar dados e documentos relativos ao Brasil nos arquivos do país ou do exterior, do que em analisar esse tipo de documentação nos termos de uma história moderna. Em um segundo momento, após a apreensão de certa quantidade de artefatos documentais, procurava-se interpretar as fontes. Essa fase seria caracterizada pelo início da produção de síntese histórica, anunciada na segunda sessão pública, ocorrida no dia 27 de novembro de 1840. Apesar disso, o próprio imperador D. Pedro II, nove anos mais tarde, ainda indicava a necessidade de uma mudança na produção do IHGB: a coleta de dados deveria ceder lugar à escrita da história nacional (GUIMARÃES, 1995, p. 459-613; ROCHA, 199, p. 45)

² Do original: “C’est ce que j’ai cherché à exprimer dans l’ode suivante, que j’ai déjà publiée, mais que je sous demande la permission de lire et de la joindre à ce discours parce qu’elle ne renferme pas pour moi une fiction poétique mais une pensée profonde et réelle, et donne le sens véritable du triste et touchant évènement que l’Institut a voulu consacrer par cette reunion”.

³ Do original: “Monsieurs – Je croiras manquer à un devoir sacré envers Dieu, envers mes semblables et envers moi même, si par quelque consideration humaine je manquais à venir rendre témoignage sur les cendres du Prince enlevé prématurement au Brésil, et redire les sens profondement vrai de cette mort pleine de feconds enseignements et de mystérieuses esperances”.

brilhante”. A ideia de expiação dos pecados aparece na explicação que Mure faz de todo o processo: era necessário um sacrifício; o Brasil deveria perder seu herdeiro para que algo melhor surgisse depois (MURE, 1847, f. 1; tradução livre).

De início, o discurso parecia se enquadrar naquela mesma temática proposta pelos demais sócios que apresentaram suas condolências ao imperador. Só que, ao contrário de seus colegas, Mure percebia nos desígnios da Providência algo ainda mais avassalador, do ponto de vista científico, inclusive: era o progresso da humanidade que estava em jogo. Em suas palavras:

Todo progresso, Senhores, vós o sabeis, todo progresso não se compra a não ser com dores, com sacrifícios. A cada passo da humanidade há um calvário, há uma cruz, há uma redenção. Depois de Nosso Senhor Jesus Cristo vêm os Mártires, cuja série ininterrupta até os nossos dias, prossegue nesse instante na Pérsia, na Indo-China e logo no Japão. Outros sacrifícios, outras dores assinalam as idades modernas¹ (MURE, 1847, f. 1; tradução livre).

Mais adiante, esclarece aquilo que tinha em mente quando falava em “progresso”. Fica claro que, para Mure, a ciência era uma das grandes — se não a maior — representações do progresso. Mas, ao contrário do que se poderia supor, essa ciência não deveria ser isenta de concepções morais, ou até mesmo religiosas. Mure acreditava que a ciência, e sobretudo a medicina, deveria tornar-se cristã.

A ciência tende enfim a tornar-se cristã, mas essa revolução moral permanece incompleta enquanto a medicina, essa grande necessidade do homem inimiga da dor, permanece entregue à tradição greco-romana, enquanto a concepção biológica permanece, em uma palavra, pagã e materialista. É então que surge Hahnemann, o mais espantoso e o mais inesperado dos reveladores² (MURE, 1847, f. 2; tradução livre).

Já neste momento do discurso, Mure fazia clara apologia à homeopatia, demonstrando-a, partindo da citação do nome de Hahnemann, seu grande inspirador, como a oposição a certa tradição que supunha “pagã e materialista”. Para ele, o progresso científico e, em consequência deste, o progresso na medicina dizia respeito a uma nova forma de tratar os pacientes, adotando concepções menos materiais e mais sentimentais e religiosas — o que vai ao encontro do que já foi dito a respeito dos ideias

¹ Do original: “Tout progrès, Messieurs, sous le savez, tout progress ne s’achète que par des douleurs, par des sacrifices. À chaque pas de l’humanité, il y a un calvaire, il y a une croix, il y a une rédemption. Après Notre Seigneur Jesus Christ, viennent les Martyrs, dont la serie, non interrompue jusqu’à nos jours, se continue en cet instant dans la Perse, l’Indo-Chine et bientôt dans le Japon. D’autres dévouements, d’autres douleurs signalent les ages modernes”.

² Do original: “La science tend enfin à devenir chrétienne; mais cette révolution morale reste incomplete tant que la médecine, ce grand besoin de l’homme ennemi de la douleur, reste livrée à la tradition hippocratique et greco-romaine, tant que la conception biologique reste, en un mot, payenne et matérialiste. C’est alors que parait Hahnemann, le plus étonnant, le plus inespéré des révélateurs”.

de cunho social associados a um sentido moral e até mesmo cristão para homens como Mure. Desconsiderava, por esse motivo, os “Enciclopedistas”, apontando para que “[...] a redenção desce do domínio dos sentimentos para o das idéias e da inteligência”¹, e que a concepção puramente lógica nada poderia ajudar ao homem (MURE, 1847, f. 2; tradução livre).

Assim, aquela morte tão sentida serviria para que a humanidade pudesse, finalmente, dar um novo passo² (MURE, 1847, f. 2; tradução livre). E qual seria este? Claro está que teria a ver com essa “nova” medicina pregada pelo Dr. Mure. Uma medicina que levasse em conta os pressupostos que comentara anteriormente — uma “ciência cristã”. Uma medicina, por fim, que teria lugar certo no Brasil, o que complementava mais uma vez a sua ideia de que a morte do futuro herdeiro do trono brasileiro tinha sua razão de ser:

O Brasil, escolhido por Deus para ser o primeiro teatro da redenção física da humanidade, o Brasil, cujo futuro social e político depende da Homeopatia, repousava ainda encadeado sob os laços da ciência antiga respeitando ainda os velhos dogmas da doutrina oficial. Os inovadores, depois de inumeráveis combates, sentiam dobrar-se sua coragem, a calúnia venenosa acompanhava todos os seus passos, a perseguição iluminava suas classes, quando Deus se levantou e com um golpe imprevisto deu testemunho, ainda uma vez, de seu desejo de salvar os homens sem eles, e pode-se dizer, apesar deles³ (MURE, 1847, f. 3; tradução livre).

O Brasil era, pelos próprios desígnios divinos, o ambiente preñado de possibilidades para uma transformação brusca no domínio científico; era o lugar por excelência do progresso da homeopatia. Neste trecho há a indicação, inclusive, das sanções pelas quais passavam os divulgadores dessa medicina, como ele, “perseguidos” e “caluniados” pelos adeptos da “ciência antiga”.

Assim, entendemos que além de uma clara distinção de perspectivas científicas no campo da medicina em relação aos seus pares, Mure apresentava também uma visão discrepante do que compreendia por história, à medida que veiculava uma dada

¹ Do original: “[...] la redemption descend du domaine des sentiments dans celui des idées et de l’intelligence”.

² Do original: “[...] le bruit de cette mort inattendue aprenne à tous que l’humanité allait faire un nouveau pas”.

³ Do original: “Le Brésil choisi par Dieu pour être le premier theatre de la redemption physique de l’humanité, le Brésil dont l’avenir social et politique dépend de l’Homoeopathie, languissait encore enchainé sous les liens de la science ancienne et respectait encore les vieux dogmes de la doctrine officielle. Les novateurs, après d’innombrables combats, sentaient fléchir leur courage; la calomnie empoisonneuse accompagnait tous leurs pas, la persecution éclaircissait leurs rangs, lorsque Dieu se leva et par un coup imprevu temoigna encore une fois de sa volonté de sauver les homes sans eux, et l’on peut dire malgré eux”.

concepção de progresso que se distinguia daquela abordada pelos demais sócios do IHGB. Se para estes, a história vinculava-se muito mais a partir da associação ao passado, daí a abrangência ainda fecunda da concepção de *magistra vitae* (KOSELLECK, 2006) nos trabalhos promovidos pela instituição, e o futuro estaria atrelado a essa mesma percepção (de passado), para Mure o progresso era o futuro, que se diferia substancialmente do passado. O futuro, segundo ele, seria a homeopatia, a “nova” ciência médica, em contraposição à “velha” ciência, à tradição “materialista”.

A “utilidade” da morte de D. Afonso estava, acima de tudo, na clareza de que a “velha” medicina nada pôde fazer na ocasião. Mure parecia querer convencer seus ouvintes de que, se tratado com homeopatia, o príncipe sobreviveria. A responsabilidade fora dos “Médicos do Palácio” que nada fizeram frente aos claros indícios da doença que se manifestara, inclusive através da sua “irmã de leite”, que teve os mesmos sintomas da tísica que ele apresentou. Mure acusou, então, claramente os médicos (e sobretudo a medicina que praticavam) que trataram o doente:

Que vos direi mais, Senhores? Contar-vos-ei como o veneno que devia fazer morrer essa tenra flor, lhe foi posto no leite, de uma Tísica que, apesar dos sinais mais evidentes de sua doença, frustrou a vigilância dos Médicos do Palácio; como esse fatal instrumento de uma prova tão cruel veio trazer à Homeopatia a prova que lhe era necessária; como a cegueira dos Médicos impediu-lhes de tomar qualquer precaução e de aceitar os preservativos que nós lhes oferecíamos.

Nada prevalece contra os desígnios do Alto, o Príncipe D. Afonso devia morrer, e nós devíamos dar testemunho dessa morte a fim de que ela fosse mais útil ao mundo do que a vida dos grandes monarcas.

[...] Como poder-se-ia ter duvidado de que a fonte da doença do Príncipe tinha sido reconhecida e assinalada pelos discípulos de Hahnemann, Deus quis que o leite envenenado que ele recebera, produzisse na filha da ama de leite os mesmos efeitos que nele. A irmã de leite do Príncipe Don Alphonse morreu com os mesmos sintomas que Sua Alteza Imperial apresentara¹ (MURE, 1847, f. 3-4; tradução livre).

Para Mure os sintomas eram claros: o leite da ama do príncipe estava “envenenado”, o que explica o fato de tanto D. Afonso, quanto a filha daquela que lhe

¹ Do original: “Que vous dirai je de plus, Messieurs? Vous conterai-je comment le poison, qui devait faire périr cette tendre fleur, lui fut versé dans le lait d’une Phthisique qui, malgré les signes les plus évidents de sa maladie, déjoua la surveillance des Médecins du Palais; comment ce fatal instrument d’une si cruelle épreuve vint apporter à l’Homoeopathie la preuve qui lui était nécessaire; comment l’aveuglement des Médecins les empêcha de prendre aucune précaution et d’accepter les préservatifs que nous leur offrions. Rien ne prévaut contre les desseins d’en haut, le Prince Don Alphonse devait périr, et nous, nous devons Porter témoignage de cette mort afin qu’elle fut plus utile au monde que ne l’a été la vie des plus grands monarques.

[...] Comme on aurait pu douter que la source de la maladie du Prince avait été reconnue et signalée par les disciples de Hahnemann, Dieu voulut que le lait empoisonné qu’il avait reçu, produisit chez la fille de sa nourrice les mêmes effets que chez lui. La soeur de lait du Prince Don Alphonse est morte avec les mêmes symptômes que Son Altesse Impériale a présentés”.

amamentava, terem o mesmo tipo de doença. Antes mesmo da tragédia, o alerta tinha sido feito pelos “discípulos de Hahnemann”, mas não quiseram escutá-lo. Que a morte do herdeiro servisse, então, de lição.

A segunda parte do documento é composta da “Ode” intitulada “La mort de S. A. I. Don Alphonse”. A partir de sua leitura, podemos constatar que o discurso fora, na realidade, uma introdução à Ode, com caráter inclusive explicativo com relação a esta. Os temas abordados de forma poética são os mesmos contidos no discurso anterior: o fato de o príncipe ter morrido por um desígnio divino e como essa morte, vista como um sacrifício, poderia levar ao progresso da humanidade. A associação à homeopatia se faz de forma menos clara, assim como a crítica à medicina tradicional, o que não quer dizer, por outro lado, que não apareçam de forma indireta nesta parte do texto.

No trecho abaixo, o anúncio da morte de D. Afonso parece ter sido feito desde o seu nascimento, corroborando com a ideia de que fora planejado pelos desígnios divinos:

[...] Afonso nasce, e de uma nuvem,
Como um infalível presságio,
Uma águia sai, e na noite
Faz brilhar um relâmpago imenso
Anunciando um instante antes,
O raio que o segue¹ (MURE, 1847, f. 6; tradução livre).

Mure expunha, ainda, a crença de que aquele era o tempo da mudança, da regeneração, do novo:

[...] Este século onde tudo se regenera,
Onde tudo renasce, onde tudo perece.
Este século abre uma nova era
Para a matéria e para o espírito.
Aqui nasce um novo império,
Aqui a ciência se inspira
Ao sopro do verbo salvador.
Novo saber, nova terra.
Ondas novas, novo Hemisfério,
Brilha o signo redentor² (MURE, 1847, f. 5; tradução livre).

¹ Do original: “[...] Alphonse nait, et d’un nuage, / Comme un infaillible presage, / Un aigle sort, et dans la nuit / Fait briller un éclair immense / Annonçant un instant d’avance, / Le coup de foudre qui le suit”.

² Do original: “[...] Ce siècle où tout se régénère, / Où tout renâit, où tout périt / Ce siècle ouvre une nouvelle ère / Pour la matière et pour l’esprit. / Ici nait un novel empire, / Ici la science s’inspire / Au soufflé du verbe sauveur. / Nouveau savoir, nouvelle terre. / Flots nouveaux, nouvel Hemisphere, / On luit le signe rédempteur”.

Assim como no discurso, a ideia de que o Brasil — o “novo Império” — seria o lugar ideal para as inovações científicas é retomada. Sendo ele próprio uma novidade, espaço caracterizado por um “novo sabor”, uma “nova terra”, por consequência simbolizaria a possibilidade da própria “redenção” da humanidade.

Ao final do poema, uma advertência: não havia mais porque chorar, já que a “obra” já estava feita.

[...] Por que chorar? A obra acabou
Não foram necessárias mais que duas primaveras
Para fazer o que o gênio
Não pudera fazer em sessenta anos.
Consola-te, mãe chorosa,
Afonso na eterna margem,
Aborda como em seu despertar,
E para festejar os funerais
Desses dois frutos e tuas entranhas
Foram necessários três dias de sol¹ (MURE, 1847, f. 6-7; tradução livre).

Enquanto indicava que nada mais poderia ser feito para que o príncipe voltasse à vida, Mure reiterava a ideia já antes esboçada de que mesmo em tão pouco tempo, o pequeno já havia feito muito. A importância de sua breve existência se explicava principalmente através de sua própria morte, um verdadeiro ensinamento aos que aqui permaneceram.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Fazendo o que mais lhe aprazia, Bento Mure pareceu utilizar o espaço que lhe foi conferido no púlpito do IHGB para propagandar a homeopatia. Em não raros momentos chegou a ser franco e direto ao dizer que essa medicina era superior à tradicional e que, nas entrelinhas, o príncipe teria alguma chance contra sua doença caso tratado adequadamente pela homeopatia. Mas, como isso não ocorreu, melhor admitir essa morte como uma advertência. Ela deveria servir para ensinar a todos qual a melhor forma de curar. O progresso humano prescindia, portanto, dessa lição para que pudesse seguir o seu caminho desenhado pela Providência divina.

¹ Do original: “[...] Pourquoi pleurer? L’oeuvre est finie. / Il n’a fallu que deux printemps, / Pour faire ce que le genie, / N’avait pu faire en soixante ans. / Console toi, mere plaintive, / Alphonse à l’éternelle rive, / Aborde comme à son réveil, / Et pour fêter les funérailles / De ce deux fruit de tes entrailles / Il fallut trois jours de soleil”.

Acreditamos que explicar os motivos pelos quais o Dr. Mure sofrera tamanha desconsideração por parte do IHGB é uma tarefa quase desnecessária. Diante do que foi exposto, fica evidente que motivos haviam de sobra para a censura do discurso e a posterior expulsão do médico homeopata da instituição. E, de certo modo, as duas alternativas anteriormente esboçadas parecem capazes de explicar os acontecimentos que ocorreram naquele mês de julho.

Em primeiro lugar, a partir de uma breve análise da trajetória de Mure, sobretudo no Brasil, entendemos que ela, por si só, já seria motivo para granjear a má receptividade do francês no Instituto. Cheio de ideais de cunho social e igualitário, chegou a construir um falanstério em Santa Catarina. Trouxe a homeopatia para o Brasil e fez sua apologia, como verdadeira “ciência cristã”, em todos os momentos em que isso fora possível, mesmo que não tão desejável. Seu “espaço de experiência” e seu “horizonte de expectativas” eram totalmente destoantes daqueles dos homens letrados circunscritos no IHGB (KOSELLECK, 2006), a tal ponto que nos perguntamos como ele foi convidado a fazer parte da agremiação, numa época em que já estava em meio a tantos debates tórridos sobre a homeopatia, inclusive na imprensa.

Além disso, como já foi apontado, o número de médicos que faziam parte como membros assíduos da instituição naquele ano de 1847 era considerável. Além dos já citados Freire Allemão, Silva Maia e Francisco de Paula Menezes, membros da instituição que mais se opunha à prática da medicina homeopática, a Academia Imperial de Medicina, também estavam na sessão que promoveu o veto à publicação do discurso de Mure os médicos Ludgero da Rocha Ferreira Lapa e Gonçalves de Magalhães¹.

Infelizmente não há como saber o que realmente discutiram naquelas três sessões que transcorreram no Instituto. Nas páginas da *Revista* consta praticamente o que foi transcrito aqui. Apesar disso, acreditamos que o debate deva ter sido muito apaixonante, o que nos faz entrar na segunda “alternativa”: a ideia de que o conteúdo do discurso é que teria sido responsável pela censura e afastamento de seu autor do IHGB.

Pelo mesmo motivo que na primeira opção, acreditamos que há pouca necessidade de explicações mais contundentes a esse respeito. O discurso provavelmente foi visto como uma afronta aos membros do IHGB e à plateia da sessão extraordinária, quiçá à própria família real. Usar um ritual daquele porte para

¹ Este último, apesar da formação em medicina, nunca chegou a exercer a profissão (GUIMARÃES, 2002, p. 216).

propagandear uma prática médica, que não aquela mais tradicionalmente adotada na Corte, deve ter causado um forte mal-estar entre os convidados presentes. A responsabilidade que Mure parecia querer associar aos médicos do príncipe¹ por sua morte tampouco deve ter sido bem quista pelos seus ouvintes.

Enquanto para os demais oradores a Providência era clamada para explicar a situação trágica a partir da perspectiva de que o Império necessitava de um sacrifício para mudar seu rumo, pondo fim aos regionalismos e aceitando o poder centrado no Rio de Janeiro e na figura do imperador (HOLANDA, 1965), para Mure os desígnios divinos explicavam o acontecimento por outro viés. O sacrifício foi feito para o Brasil tomar o lugar que lhe caberia na história humana: o de precursor das novidades, do progresso da humanidade — da homeopatia, enfim.

Assim, acreditamos que a saída conturbada de Mure do IHGB possa ser explicada pelos dois aspectos: por sua própria trajetória e por sua fala na solenidade em homenagem a D. Afonso. Esta última evidenciou que Bento Mure não fazia parte daquela associação que se queria tão homogênea e unida. Era, portanto, um “estranho no ninho” e sua permanência na instituição poderia representar um perigo para os desígnios por ela esboçados desde sua origem². E, através da publicação nas páginas de sua *Revista* da correspondência com o médico, parecia relegar à posteridade o julgamento dos fatos transcorridos naquele ano de 1847³.

Recebido em: 13/11/2011

Aceito em: 13/12/2011

¹ Como este artigo faz parte de um projeto ainda em andamento, assumimos algumas lacunas. Seria necessário empreender uma pesquisa de maior monta para ter conhecimento, por exemplo, de quem eram os médicos da Casa Imperial à época do falecimento de D. Afonso, algo que deverá ser retomado em trabalhos futuros.

² Com isso não queremos dizer que o IHGB era realmente um grupo homogêneo, mas sim que havia essa preocupação, entre seus membros, de granjear uma aparente unidade. As próprias páginas da *Revista* em raras ocasiões trazem à tona algum tipo de confronto entre os sócios. Por isto, consideramos tão especial o exemplo analisado.

³ O termo “tribunal da posteridade” invoca esse tipo de procedimento levado a cabo pela instituição em vários momentos ao longo do oitocentos: o de relegar aos homens do futuro a incumbência de julgar os fatos daquele tempo (GUIMARÃES, 1999, p. 34-35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

AZEVEDO, Luana Oliveira de. *Um Império e duas medicinas. A introdução da Homeopatia no Brasil na década de 1840*. Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Disponível em: *Brasiliana USP* <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

_____. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62/63): 63-72, juin, 1986.

CALMON, Pedro. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 318, p. 304-312, 1978.

CARVALHO, Iara Lis. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Unesp, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. (Org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UERJ, 2009.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Online. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Fernando Antonio. *Querelas brasileiras: homeopatia e Política Imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

GALLO, Ivone. Benoit Mure e os filósofos do século XIX. Disponível em *Homeopatia no Brasil* <<http://www.homeoint.org/articles/meira/filo.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

_____. O socialista da província do Rio de Janeiro: um olhar sobre o socialismo do século XIX. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

GALHARDO, J. Emygdio R. *História da Homeopatia no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 156, nº 388, jul-set, 1995, p. 459-613.

_____. José Gonçalves de Magalhães. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 216.

_____. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lucia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.

_____. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 679-680.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 1, v. 1, 1988, p. 3-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: ____ (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (tomo II – O Brasil Monárquico, vol. 1). São Paulo: Difel, 1965, p. 9-39.

IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 6, 1998.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales*. Paris (6):1.325-36, nov./déc., 1989.

____. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 49-59, jul.-dez., 2010.

____. Os segredos da nação: o IHGB e a criação da “arca do sigilo”. *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p. 125-137, out. 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 727-736.

____. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MURE, Bento. “*La mort de S. A. I. Don Alphonse*”, ode par le Docteur... [Discurso manuscrito]. 1847. 7 f. Acessível no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil. Ref. Lata 119 – Doc. 7.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo IX e Tomo XI, 1847 e 1848.

ROCHA, João Cezar de Castro Rocha. História. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 31-63.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. *Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90* (UFRGS), Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em *Brasiliana USP* <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.